

08/10/2009

TRIBUNAL PLENO

INQUÉRITO 2.721 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INDIC. (A/S) : CARLOS EDUARDO TORRES GOMES
ADV. (A/S) : FRANCISCO ROBERTO EMERENCIANO E
OUTRO (A/S)

EMENTA: INQUÉRITO. CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. TRANSAÇÃO PENAL. PROPOSTA ACEITA PELO AUTOR DO FATO. DOAÇÃO DE BENS A ENTIDADE SOCIAL. POSSIBILIDADE. HOMOLOGAÇÃO.

O crime investigado é daqueles que admitem a transação penal e o indiciado cumpre os demais requisitos legais do benefício.

Embora haja controvérsia sobre a possibilidade de a prestação pecuniária efetivar-se mediante a oferta de bens, a pena alternativa proposta pelo Ministério Público - doação mensal de cestas básicas e resmas de papel braile a entidade destinada à assistência dos deficientes visuais, pelo período de seis meses - atinge à finalidade da transação penal e confere rápida solução ao litígio, atendendo melhor aos fins do procedimento criminal.

Homologada a transação penal.

A C Ó R D ã O

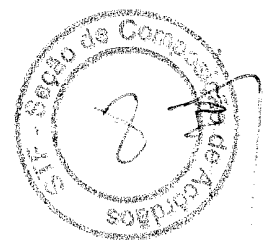
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em homologar a transação.

Brasília, 08 de outubro de 2009.

JOAQUIM BARBOSA

-

Relator



08/10/2009

TRIBUNAL PLENO

INQUÉRITO 2.721 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
AUTOR(A/S) (ES) : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
INDIC. (A/S) : **CARLOS EDUARDO TORRES GOMES**
ADV. (A/S) : **FRANCISCO ROBERTO EMERENCIANO E**
OUTRO (A/S)

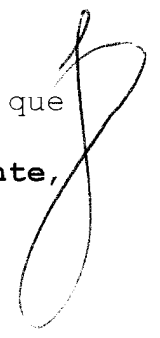
R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Trata-se de inquérito instaurado para investigar o suposto cometimento do crime descrito no art. 60 da Lei nº 9605/98 pelo Deputado Federal CARLOS EDUARDO TORRES GOMES, consistente na construção da uma barragem no loteamento São Silvestre, em Palmas/TO, **sem a devida licença ambiental.**

Técnicos ambientais do IBAMA, ouvidos no curso da investigação, **confirmaram a existência da barragem e o impacto ambiental negativo da construção,** que prejudicou a fauna aquática do córrego (fls. 40 e 42/43).

O Deputado Federal CARLOS EDUARDO TORRES GOMES **admitiu ter executado o represamento sem o licenciamento da obra,** com interrupção temporária do curso d'água (fls. 40).

Há, ainda, o Laudo nº 291/2008-SETEC/SR/DPF/TO, que apontou os impactos da obra na **área de preservação permanente,**

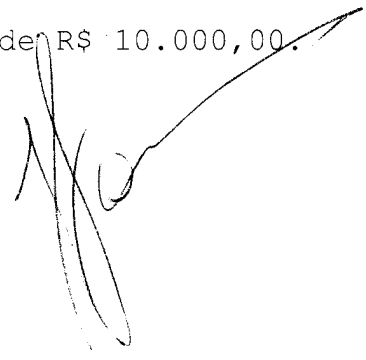


Inq 2.721 / DF

inclusive com **risco à saúde dos moradores das proximidades da região afetada** (fls. 44/53).

Por fim, administrativamente, o IBAMA aplicou ao parlamentar multa no valor de R\$ 10.000,00.

É o relatório.



Inq 2.721 / DF

V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Senhor Presidente, o crime investigado no presente Inquérito é punido com **detenção, de um a seis meses, e multa.**

Constatando o cumprimento dos requisitos necessários à proposta de **transação penal**, o Procurador-Geral da República assim se manifestou (fls. 265):

"As folhas de antecedentes penais do Investigado, juntadas aos autos, demonstram a inexistência de condenação criminal anterior e que estão presentes os requisitos previstos em lei para a concessão do benefício.

Assim, diante do disposto no art. 76 da Lei nº 9.099/95, o Ministério Público Federal vem **oferecer proposta de transação penal ao Indiciado, mediante a aplicação de pena restritiva de direito, nos seguintes termos:**

Comparecimento pessoal, 01 (uma) vez por mês, durante 06 (seis) meses, na entidade ABDV - Associação Brasileira dos Deficientes Visuais, localizada na SGAS 903, Lote 78, Bloco D - Telefone 3321.4970, para doação de 20 (vinte) cestas básicas e 10 (dez) resmas de papel Braille (papel ofício A4 - 120 gramas). Deve, ainda, justificar, mensalmente, ao Supremo Tribunal Federal, o cumprimento da medida imposta."

Notificado pessoalmente, o Deputado Federal CARLOS EDUARDO TORRES GOMES assim se manifestou, **em nome próprio**, sobre a proposta (fls. 276/277), posteriormente ratificada por petição protocolada por seu advogado (fls. 295/297):

Inq 2.721 / DF

"O indiciado não se opõe à proposta ora ofertada pelo Ministério Público Federal, no entanto, gostaria de propor uma pequena alteração nos termos do acordo em questão, pelas razões que seguem.

Por se tratar o indiciado de Deputado Federal em pleno exercício de seu mandato parlamentar e, ainda, por ter sido eleito por outro estado que não do Distrito Federal, o mesmo possui uma agenda de atividades bastante intensa, tendo que conciliar sua presença em Brasília com suas atividades políticas no Estado do Tocantins e ainda em outros estados da Federação. **Este fator dificulta o cumprimento da obrigação proposta pelo MPF em comparecer uma vez ao mês à entidade escolhida.**

Diante do exposto, o indiciado requer a este tribunal que os termos do acordo sejam alterados para que o mesmo cumpra a obrigação de comparecer à entidade apenas uma vez, doando, nesta visita única, o que seria o total a ser doado durante o período de seis (06) meses."

O Ministério Público Federal se opôs à proposta de alteração, entendendo que não atenderia ao objetivo da medida ofertada.

Posteriormente, através de seu advogado, o indiciado reiterou os termos de sua manifestação, salientando que "caso Vossa Excelência não admita a hipótese de reencaminhamento ao Ministério Público Federal para o reexame da proposta à luz da superveniência de fato novo (assunção da Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, o indiciado doravante ratifica a CONCORDÂNCIA com a proposta ministerial de transação penal, na forma originalmente apresentada (fls. 264/265), requerendo a sua homologação para iniciar seu cumprimento".

Inq 2.721 / DF

Considero que a proposta do indiciado, no sentido da doação **integral** das 120 (cento e vinte) cestas básicas e 60 (sessenta) resmas de papel braile, **em uma única oportunidade**, poderia conduzir ao perecimento dos alimentos e até mesmo a problemas para o armazenamento desta quantidade de alimentos e de papéis no local.

Não é, efetivamente, o ideal.

Além disto, o indiciado deverá comparecer **apenas uma vez por mês** à entidade social indicada pelo Ministério Público Federal, razão pela qual não vislumbro qualquer dificuldade em conciliar o cumprimento da transação penal com o fiel exercício de seus deveres parlamentares.

Embora parte da doutrina sustente que a prestação pecuniária só pode ser feita em dinheiro, e não através de bens, a pena alternativa proposta pelo Ministério Público atinge à finalidade da transação penal e confere rápida solução ao litígio, atendendo melhor aos fins do procedimento criminal estabelecido para os crimes de menor potencial ofensivo.

Do exposto, **e diante da concordância do indiciado** **CARLOS EDUARDO TORRES GOMES** com a transação proposta pelo Ministério Público Federal (fls. 297), **homologo a proposta de transação penal.**

Inq 2.721 / DF

O Deputado Federal CARLOS EDUARDO TORRES GOMES deverá, a partir da publicação do acórdão, comparecer uma vez por mês, pelo período de 6 (seis) meses, à ABDV - Associação Brasileira dos Deficientes Visuais, localizada na SGAS 903, Lote 78, Bloco D, Brasília/DF - Telefone (61) 3321.4970, e doar, em cada uma dessas oportunidades, 20 (vinte) cestas básicas e 10 (dez) resmas de papel braile (papel ofício A4 - 120 gramas).

Deverá, também, nos termos propostos pelo Ministério Público Federal, justificar mensalmente ao Supremo Tribunal Federal o cumprimento da medida imposta, o que poderá ser feito por meio de recibo assinado pelo responsável da instituição social beneficiada pelas doações, a ser enviado por fax ou entregue na secretaria do Tribunal, onde deverá ser formada a carta de execução deste acórdão.

É como voto.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****INQUÉRITO 2.721**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AUTOR(A/S)(ES): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INDIC.(A/S): CARLOS EDUARDO TORRES GOMES

ADV.(A/S): FRANCISCO ROBERTO EMERENCIANO E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, homologou a transação. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Eros Grau e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Plenário, 08.10.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra.
Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira.


Luiz Tomimatsu
Secretário